

Um tiro no escuro: o retrocesso no controle de armas no Brasil



» MELINA RISSO
Diretora de pesquisa
do Instituto Igarapé

No fim de 2024, o governo federal publicou um novo decreto de armas que altera, de forma significativa, as regras do tiro desportivo no país, instituindo a categoria de "atirador desportivo de alto rendimento". O novo texto traz preocupações quanto à segurança pública e ao controle de armas porque desvincula essa nova categoria das regras previamente estabelecidas pelo decreto de 2023, fundamental para conter o crescimento alarmante das armas em circulação no país — que havia disparado no governo anterior — e que representou um importante avanço ao buscar restaurar a racionalidade na política de controle de armas, reintroduzindo limites já bastante generosos e coerentes com o nível de experiência e a participação competitiva dos atiradores.

Até a virada do ano, os atletas eram classificados em três níveis — conforme a frequência em clubes de tiro e a participação em competições — e o acesso a uma maior quantidade de armas, munições e a calibres restritos era limitado a atiradores comprovadamente mais experientes.

Criam-se, agora, lacunas regulatórias que podem comprometer não apenas a prática esportiva, mas também a segurança no país, já que o novo decreto permite que qualquer atirador com um determinado ranqueamento em competições organizadas por confederações ou ligas nacionais possa adquirir até oito armas de calibre restrito, sem a necessidade de cumprir uma progressão gradual de níveis, conforme previa a regulação anterior.

Na prática, o novo decreto transfere a tomada de decisão sobre esses atiradores dos órgãos ligados à segurança (Comando do Exército ou Polícia Federal) para as confederações e ligas nacionais. Ainda não se sabe como o governo resolverá um dos maiores problemas, que é a falta de padronização e transparência dessas organizações que são, atualmente, extremamente heterogêneas. Enquanto algumas confederações são alinhadas a padrões internacionais e apoiam atletas de nível olímpico, outras ligas têm competições de baixo nível técnico, sem relevância para a formação de atletas e nenhum compromisso com a segurança pública.

Portanto, é urgente que a definição dos critérios de enquadramento da nova categoria criada, a de "atiradores desportivos de alto rendimento", a ser realizada pelos ministérios da Justiça e Segurança Pública e do Esporte seja bastante restritiva, abrindo exceção apenas para o esporte de alto rendimento olímpico e paralímpico.

É preciso também que a filiação dos atletas,

a organização e a validação das competições e o ranking de desempenho sejam restritos à competência da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo (CBTE), que é afiliada ao Comitê Olímpico Brasileiro e à Federação Internacional de Esportes de Tiro (ISSF), órgão que também faz parte do Comitê Olímpico Internacional e é responsável pela organização das atividades de tiro nas Olimpíadas e Paralimpíadas.

Outras confederações de tiro que não correspondem a modalidades olímpicas ou paralímpicas, como as de tiro prático ou tático, assim como ligas independentes ou sem padrões técnicos unificados, devem ser excluídas dessa regulamentação, evitando que haja um novo derramamento de armas de uso restrito na sociedade.

A qualidade e o rigor desse ato por parte dos ministérios federais é o que vai determinar se pessoas com experiência limitada ou duvidosa serão consideradas "atiradores de alto rendimento" e, conseqüentemente, poderão adquirir armas de maior poder destrutivo.

Em um país como o Brasil, que lidera os índices mundiais de homicídios, além enfrentar um crescente desvio de armas para as mãos de criminosos e de fiscalizar menos de 5% dos acervos de CACs (colecionadores, atiradores e caçadores), qualquer medida que facilite o acesso a armas de fogo deve ser encarada com extrema cautela. Só assim, iremos assegurar o equilíbrio entre o incentivo ao esporte com a proteção à vida e ao bem-estar da população.



Apartheid resort: a fantasia colonialista de Donald Trump



» ROBSON CARDOCH VALDEZ
Doutor em estudos estratégicos
internacionais (UFRGS)
e secretário de Relações
Internacionais da Federação Árabe
Palestina do Brasil (Fepal)

O vídeo de Donald Trump que mostra a Faixa de Gaza transformada em um resort de luxo com uma estátua gigante de ouro em sua homenagem é uma propaganda irreal e desumana, principalmente diante de sua proposta colonialista de forçar o deslocamento dos palestinos para o Egito e a Jordânia. Embora apresentada sob a justificativa de proporcionar melhores condições de vida aos palestinos, essa iniciativa ignora aspectos fundamentais da identidade, autodeterminação e direitos humanos desse povo que, de forma destemida, escolheu não abandonar sua terra, a Palestina.

A expulsão dos palestinos desconsidera as graves e notórias violações dos direitos humanos dos palestinos por parte dos sucessivos governos israelenses que já estão sistematicamente documentadas nos relatórios da Human Rights Watch (HRW), da organização israelense B'Tselem e da Anistia Internacional (AI), que classificou como apartheid a perseguição e o tratamento discriminatório impostos por Israel à população palestina, por meio de um "sistema de opressão e dominação". Tudo isso se soma ao parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça que, no ano passado, confirmou a anexação de territórios palestinos por parte de Israel bem como a instrumentalização do regime racista de apartheid contra a população palestina.

Além de apoiar incondicionalmente o

genocídio do povo palestino, Donald Trump sinaliza anuência dos Estados Unidos à limpeza étnica dessa população, cuja ligação com a terra é profunda e ancestral. A proposta de realocação em massa não apenas desconsidera esse vínculo, mas também ameaça diluir a identidade palestina, transformando uma questão de libertação nacional em um "problema de refugiados".

A sugestão do presidente norte-americano é tão absurda que nem deveria ser levado a sério, muito menos discutida como solução viável. Tal medida, caso seja implementada, violaria princípios básicos do direito internacional, bem como os direitos humanos fundamentais dos palestinos. Além, é claro, de desconsiderar a complexidade do conflito oferecendo uma "solução" que beneficia exclusivamente os interesses da potência invasora, Israel.

Ao sugerir e defender uma alternativa tão estapafúrdia, o presidente Trump e seus apoiadores nos Estados Unidos, no Brasil e no mundo assumem uma postura não apenas eticamente inaceitável, mas também politicamente irresponsável. Apostam na estratégia de desumanizar ainda mais os palestinos, como é o caso do vídeo postado pelo presidente norte-americano. Buscam convencer a comunidade internacional de que a causa palestina é um "problema" a ser resolvido redistribuindo sua população por outros países.

Do ponto de vista político, a transferência forçada de palestinos para nações vizinhas poderia desestabilizar ainda mais o Oriente Médio. O Egito e a Jordânia já enfrentam desafios internos significativos. Historicamente, ambos os países têm resistido a tais propostas. Contudo, considerando-se que Trump parece estar decidido a instrumentalizar o poderio econômico de seu país como forma de intimidar aliados e adversários, a comunidade internacional precisa, mais do que

nunca, estar ao lado dos palestinos na luta pela criação de seu estado livre e soberano.

Por fim, o simples fato de essa ideia estar sendo discutida na arena internacional já representa um retrocesso moral e político. Dessa forma, é crucial considerar que a solução verdadeira para o sofrimento dos palestinos em Gaza não reside em sua remoção, mas na abordagem das causas profundas do conflito. Isso inclui o fim da ocupação ilegal e do apartheid, o levantamento do bloqueio imposto à Faixa de Gaza e a busca por uma solução justa e rigorosa que respeite os direitos dos palestinos à autodeterminação e ao retorno.

É importante ressaltar que Trump nunca sugeriu que Israel cumpra a resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, que condena a anexação de territórios por meio de guerra, determina que os acordos de paz devam levar em consideração as fronteiras territoriais anteriores à Guerra dos Seis Dias em 1967 e determina a retirada das tropas israelenses de todos os territórios ocupados. Diante de tudo isso, a comunidade internacional deve concentrar seus esforços na promoção de negociações de paz genuínas.

Isso inclui o respeito ao direito internacional e a garantia de que as vozes dos palestinos sejam ouvidas e respeitadas em qualquer decisão que afete seu futuro, como na reconstrução de Gaza, que foi praticamente destruída na incursão assassina das forças ocupantes de Israel, com apoio político, econômico e militar dos Estados Unidos. Adicionalmente, é dever moral de todos condenar as tentativas cínicas de maquiagem a proposta desumana de deslocamento forçado de palestinos com um cenário de fantasia, expondo a visão grotescamente colonialista, imperialista e desrespeitosa do presidente norte-americano e seus apoiadores em relação aos palestinos.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circecunha.df@dabr.com.br

Do começo ao fim

Não é de hoje que o sistema capitalista vem sendo combatido de todas as formas possíveis. Algumas dessas batalhas contra o liberalismo na economia são feitas de forma desonesta e sem levar em conta uma simples questão: no quesito aceitação pela humanidade, entre um e outro modelo, o capitalismo não conheceu, até hoje, qualquer outra alternativa que chegue perto dos benefícios para a vida individual e coletiva dos povos.

Elementos como a coletivização, a homogeneização, a uniformização e quaisquer outros que queiram impor a deformação do indivíduo e de sua personalidade vão sempre contra os princípios da natureza humana, mesmo os mais elementares. Ninguém anseia por padronização, ainda mais vinda de cima para baixo.

É certo também que, mesmo nos regimes coletivistas mais ortodoxos, a chamada nomenclatura, representada pelos dirigentes do partido e da nação, não concebem, para si e para os seus, os mesmos princípios que obrigam o povo a seguir. Numa análise rápida, é possível verificar que, entre as principais conquistas materiais alcançadas pelos trabalhadores, todas são fruto de seu trabalho e empenho. Decorrem, diretamente, das possibilidades ofertadas pelo capitalismo, e não das falsas promessas do Estado. O celular, o carro, a televisão, a geladeira e outros bens de consumo, até mesmo a casa própria, são produtos do capitalismo.

Por sua vez, a insegurança, a precariedade na saúde e na educação, a malversação dos recursos públicos, entre outras mazelas, são alguns dos produtos que o Estado tem para oferecer. Os trabalhadores conhecem bem essa realidade. Pagam seus impostos, mas não têm a quem recorrer pela falta de serviços vindos desses impostos. Talvez por isso, o processo de coletivização é sempre feito de forma coercitiva.

Não existe absolutamente nenhum ser humano sobre a terra que, depois de experimentar na carne e na alma um processo de coletivização, queira repetir ou regressar a esse modelo. Dessa forma, é possível verificar que, em nosso caso, o Estado brasileiro faz muita coisa que não deveria e, ao mesmo tempo, deixa de fazer o que seria sua obrigação precípua, o que a nação demanda e a Constituição aponta como prioridade básica.

O Estado brasileiro, do ponto de vista de muitos economistas e pensadores sérios, não deveria estar envolvido em atividades empresariais, subsidiando grupos privados, que, afinal, gera mais lucro para os que estão no poder e seus apaniguados do que propriamente para a população. Também não deve se arvorar em protetor da economia, pois, toda a vez que se mete nesse setor, produz inflação, recessão e outros males. Do mesmo modo, o Estado não pode permitir a existência de supersalários e outras mordomias às quais a população não tem acesso, embora seja ela quem paga por esses mimos vergonhosos.

O saneamento básico, o ensino de qualidade, a saúde pública também de qualidade, além da segurança, seriam as áreas em que o Estado brasileiro deveria atuar de frente, ainda mais em vista da enorme carga tributária que arranca, a fórceps, da população.

Cabe ao Estado administrar, da melhor maneira possível, o sistema de aposentadoria, que, segundo estudos, está à beira da falência nos próximos anos. Como bem observado pelo cientista político Sérgio Abranches: "O Estado brasileiro é um Leviatã anêmico". Outra observação valiosa, dessa vez vinda do economista Eduardo Giannetti, é a de que o dinheiro arrecadado pelo Estado brasileiro deveria ser gasto o mais próximo possível do lugar onde ele é arrecadado. Embora essa seja uma regra de ouro, ela não é respeitada e sequer cumprida.

Com essa pretendida reforma tributária, obrigando a centralização da arrecadação nos cofres do governo, a situação do país irá piorar ainda mais, com uma possível quebra de estados e municípios. A centralização da tributação fere de morte o Estado federativo, pois retira dos seus integrantes a possibilidade de caminhar com as próprias pernas. Da mesma forma, o recorrente endividamento de estados e municípios, falsamente negociado a cada governo, decorre dessa situação de centralização dos recursos da União nos cofres do governo.

Outra consequência perversa desse modelo centralizador e perdulário é que quase 80% dos municípios brasileiros são obrigados a viver de mesada da União. Deixar o cidadão no escuro sem saber o quanto paga, para onde vão os recursos e o que retorna para sua região, tem sido a política fiscal de nosso país. Uma política errada do começo ao fim.

A frase que foi pronunciada:

"A economia que não se preocupa com a justiça social é uma economia que condena os povos a isso que está ocorrendo no mundo inteiro, uma brutal concentração de renda e de riqueza, o desemprego e a miséria. (...) Isso é coisa de tecnocrata alucinado, que acha que está tudo ok, e não está nada ok."

Maria da Conceição Tavares

História de Brasília

Não faça de desentendido, sr. Hélio. O que eu disse é que o sr. faturará a defesa do sr. Francisco Laranja Filho, e saiu-se muito mal. (Publicada em 27/4/1962)